



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO PLENA EM HISTÓRIA**



**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CAJAZEIRAS SOBRE A
INCLUSÃO.**

TÂNIA DE LIRA TEMOTEO

**CAJAZEIRAS-PB
2015**

TÂNIA DE LIRA TEMOTEO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CAJAZEIRAS SOBRE A
INCLUSÃO.**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso (TCC) referente à Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande UFCG/PB, como requisito de obtenção de nota.

Orientador (a): Prof^a Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS-PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

T281a Temoteo, Tânia de Lira
Educação inclusiva: a percepção dos professores de uma escola pública da cidade de Cajazeiras sobre a inclusão. / Tânia de Lira Temoteo, 2015.
54f. : il.
Bibliografia.

Orientador (a): Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Educação inclusiva – Cajazeiras - PB. 2. Educação especial. 3. Escola. 4. Professores. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.

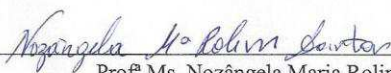
UFCG/CFP/BS

CDU –376(813.3)

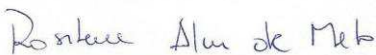
TÂNIA DE LIRA TEMOTEO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES
DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CAJAZEIRAS SOBRE
A INCLUSÃO.**

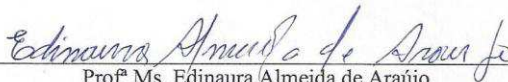
Aprovado em: 05 / 03 / 2015



Profª Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas
Orientadora



Profª Drª. Rosilene Alves de Melo
Examinadora



Profª Ms. Edinaura Almeida de Araújo
Examinadora

CAJAZEIRAS-PB
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Lucinete de Lira Temoteo e Francisco de Assis Temoteo que são os responsáveis pela minha existência, aos meus irmãos, sobrinhos, a minhas tias Noêmia Lira e Marinete Lira que me apoiaram nos momentos difíceis, e a todos os demais que sempre estiveram ao meu lado, aos meus amigos de sala que de alguma forma torceram por minha vitória, em especial, as minhas amigas Maria Abreu e Denise Silva que estiveram ao meu lado nas horas difíceis e também nas horas de felicidades, enfim a todos que acreditaram que eu seria capaz de vencer.

AGRADECIMENTOS

A Deus:

Que é acima de tudo fonte de vida, amor, luz, agradeço por orientar, guiando-me por caminhos longos e cheios de espinhos e conduzindo-me a colher tantas flores, obrigada meu Deus por proporcionar tantas alegrias, por não permitir que eu desistisse dos meus sonhos.

Aos Mestres:

A minha orientadora, Prof^a Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas, pois graça a sua parceria pude vivenciar minha própria etapa de leituras e escritas, durante o processo de pesquisa acadêmica que não foi nada fácil, obrigada por ter paciência com minhas angústias, obrigada pelas sugestões de leituras, obrigada por tudo, não poderia ter escolhido orientadora melhor. Não poderia deixar de citar aqui e agradecer ao meu professor Isamarc Lobô que quando precisava de respostas para minhas dúvidas nunca negou seu apoio, e aos demais professores, obrigada pela caminhada em busca de novos conhecimentos.

Aos Amigos:

A nossa amizade a todos que nos quiseram bem, que nos apoiaram e que acreditaram e também para aqueles que, de alguma forma, falaram que eu não conseguiria, e aos meus colegas de classe, aqueles que estavam fora, mas que torceram por minha vitória, em especial, a Maria Abreu, Denise Silva, Edilene Ferreira, Roseane Andrade, Kessinha Santos, que aos pouco, tornaram-se parte de minha vida e nos tornamos verdadeiros amigos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da educação especial como uma modalidade da Educação Inclusiva, na escola Dom Moisés Coelho da rede Estadual de Ensino da cidade de Cajazeiras-PB, trazendo como principal motivo a curiosidade de saber como os professores administram as aulas aos alunos com deficiência, dificuldades enfrentadas e se dispõem de formação adequada e apoio. Procurou-se também averiguar se há equipamento adequado para o atendimento desses alunos e o apoio de que eles necessitam para uma aprendizagem mais eficaz. Na pesquisa, usou-se um questionário autoaplicável com três professores que lidam em suas turmas com algum aluno portador de necessidades especiais, na tentativa de compreender suas práticas pedagógicas. Como resultado, percebemos a falta de formação dos professores em lidar com esses alunos em uma turma numerosa e a importância do apoio da Sala de Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos.

Palavras-chave: Inclusão; Escola; Professores.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the development of special education as a modality of Inclusive Education in a school of the State System of Education of the city of Cajazeiras-PB, bringing as the main reason the curiosity to know how teachers manage classes to students with disabilities, the faced difficulties and if they have adequate training and support. We also aimed to verify if there is adequate equipment to treat these students and the support they need for more effective learning. In the research, we used a self-applicable questionnaire with three teachers who deal in their classes with some student with special needs, in trying to understand their teaching practices. As a result, we realize the absence of teacher training in dealing with these students in a large class and the importance of the support of the Specialized Educational Treatment Classroom in the development of learning of these students.

Keywords: Inclusion; School; Teachers.

“Ser gente é sempre correr o risco de ser diferente”
(Maria Teresa Eglér Mantoan)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A INCLUSÃO NO PROCESSO ESCOLAR	12
1.1 Educação inclusiva: conquista pelo direito à educação	14
1.2 A importância do processo de Inclusão na Escola	16
1.3 A importância da formação de professores para a educação inclusiva	20
2 INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO	24
2.1 A educação Inclusiva: um direito de todos?	27
2.2 Como o professor observa o comportamento dos alunos ditos’ “normais” em relação aos portadores de deficiência?	30
3 ANÁLISE DE DADOS: RESPECTIVO DIAGNÓSTICO DA PESQUISA REALIZADA	36
3.1 Característica dos componentes da pesquisa (Educadoras)	36
3.2 Categorização das questões da educadora da sala de AEE (Codinome A)..	37
3.3 Categorização das questões das educadoras codinomes B e C	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer um levantamento da história da educação inclusiva em uma escola pública da cidade de Cajazeiras/PB, analisando a importância dessa modalidade de ensino na percepção dos professores e observando as influências que esta está exercendo na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho.

O principal motivo da escolha deste tema se deu pela curiosidade de saber como os professores administram as aulas aos alunos que apresentam alguma forma de deficiência e se essas aulas estão de acordo com as diretrizes legais, além de verificar se há equipamento adequado para o atendimento desses alunos. A escolha da Escola Dom Moisés Coelho se deu devido essa instituição de ensino ter sido uma das primeiras a adotar o método da inclusão na cidade, além de ser uma referência na cidade de Cajazeiras para atender a alunos com necessidades especiais.

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma metodologia qualitativa, utilizando como método um questionário autoaplicável com professores da área de atendimento educacional especializado (AEE) e professores da área de licenciatura em história. Logo, esse trabalho de pesquisa se deteve sobre a história profissional do professor que lida com alunos com alguma deficiência na instituição de ensino. Para Freitas (2002, pag. 19), “a História oral tem três gêneros distintos: a tradição geral, história de vida, história temática.” Devido à limitação do objeto de estudo, esta pesquisa se deteve à história de vida, para a qual a entrevista procurou contemplar a experiência docente mediante a lida frente a alunos com deficiência. Para complementar, fez-se uso da história temática em que se abordou o tema em questão.

Vale ressaltar que a inclusão é uma questão que tem sido muito discutida no ambiente escolar.

A educação para as pessoas com deficiência é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu Art. 58, parágrafo 3º, no qual garante esse direito desde a tenra idade: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, Art. 58, 1988).

Seguindo a lógica legal, no primeiro capítulo, a discussão se deu em torno das principais definições que permeiam o processo da Educação Inclusiva, propondo um diálogo entre os autores da temática e os documentos oficiais.

Observa-se, que há o amparo legal dado à educação inclusiva, que garante o acesso das pessoas com deficiência aos espaços da escola, “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, Art. 58, 1996). Para dar suporte a essas pessoas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, em seu Art. 58, parágrafo 1º garante “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, Art. 58, 1996).

Ao investigar o processo de inclusão na escola escolhida, buscamos expor a importância da educação para os alunos com deficiência, uma vez que levamos em consideração a possibilidade da implantação desta modalidade de ensino proporcionando alguma relevância neste espaço escolar.

No segundo capítulo deste trabalho observaram-se os desafios que permeiam a educação ao se tratar da inclusão e como a implantação deste processo atinge diretamente os paradigmas da escola. Complementando a reflexão sobre o tema, buscou-se averiguar como o professor percebe o comportamento dos alunos tidos como “normais” em relação aos alunos com alguma deficiência, pois a inclusão desses alunos nas escolas da rede regular de ensino ainda é objeto de muita discussão no âmbito escolar.

O terceiro capítulo busca fazer uma análise dos questionários autoaplicáveis realizados na escola, onde se observou os avanços e recursos de ensino e aprendizagem. Percebeu-se a importância da formação do professor e de como a educação inclusiva intervém no cotidiano dos alunos e de todos os profissionais que compõem o quadro da escola. Tendo presente a LDB, verifica-se que esses educadores, que estão em sala de aula, deveriam contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Logo, é de muita importância que os educadores procurem se capacitar para poder desenvolver, com mais eficácia, suas atividades, tanto com os alunos “ditos normais” quanto com os que possuem algum tipo de deficiência.

Nas considerações finais, chama-se a atenção para o distanciamento entre o que a legislação propõe e a prática cotidiana. Para Eglér Mantoan (2006), na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, e de preferência na rede regular desde a educação infantil até a Universidade, pois a Constituição Federal, de 1988, garante essa educação como um direito universal. Logo, as pessoas com deficiência, também como cidadãos brasileiros, têm o direito a ter acesso aos bens de serviços oferecidos pelas escolas. Segundo Mantoan (2006), para assegurar esse direito, as escolas deveriam se organizar e se

capacitar para dar atendimento especializado aos que dela buscam seus serviços, independente, de sua origem raça ou deficiência.

1 A INCLUSÃO NO PROCESSO ESCOLAR

A inclusão é um processo lento e muito discutido no âmbito escolar. As pessoas com deficiência ainda são excluídas das salas de aulas, apesar da educação para as pessoas com deficiência ser um direito garantido pela constituição Federal de 1988. A instituição escolar deveria ser a primeira a dar oportunidades para estas pessoas, no entanto o que se observa é que, em muitos dos casos, são elas que excluem estas pessoas do direito à aprendizagem e, conseqüentemente, da interação social. A inclusão não se resume apenas aquelas pessoas com deficiência, mas a todos aqueles que são excluídos como, negro, pobre, homossexual e aqueles que, por algum motivo, apresentem dificuldades no processo de aprendizagem, que são vítimas de bullying, entre outras.

De acordo com Mantoan (2006), a escola deve estar pronta para receber esses alunos, pois a inclusão é um sistema educativo que requer atenção e uma capacidade para que o aluno aprenda de acordo com suas características pessoais, ou seja, mesmo com sua deficiência. A escola também deve estar sempre se atualizando, precisa também ser adequada para o recebimento desses alunos.

A professora Egler Mantoan (2006) defende a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino ao afirmar que “[...] para terem direito a escola, não são os alunos que devem mudar, mais a própria escola! O direito à educação é natural e indisponível”. (MANTOAN, 2006, pag.9).

Observa-se que as escolas precisam estar atentas às novas demandas que a educação inclusiva exige, além de ter presente novas técnicas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, com recursos didáticos específicos para o atendimento das diversas deficiências que podem chegar ao espaço escolar.

No entanto, o termo inclusão não se restringe as pessoas com deficiência, mas a todos aqueles que apresentam dificuldades, tanto na vida pessoal, sexual, étnico, social, no âmbito econômico como no processo de aprendizagem, como aqueles alunos que apresentam lentidão na compreensão do conteúdo, no desenvolvimento do raciocínio lógico – matemático, de linguagem ou todo aquele aluno que se enquadre em algum tipo de transtorno de aprendizagem.

As escolas precisam conhecer e acolher cada deficiência de seus alunos para um bom desempenho com eles, além disso, buscar entender suas necessidades, no intuito de

facilitar, intermediar, arranjar meios para que o processo de ensino e aprendizagem dessa população aconteça.

O grande debate acerca da educação inclusiva a cada dia repercute em vários setores da sociedade e dos meios de comunicação. No entanto, o que se observa é que o atendimento aos alunos com deficiência ainda precisa avançar, não só na escola, mas também no atendimento à saúde, nos meios de transporte, no lazer, na prática de esporte, no respeito aos seus direitos e dignidade.

Sendo assim, ir à escola é um direito de todos e das pessoas com deficiência. Logo, as crianças não deviam estar excluídas do processo educacional, seja nas escolas públicas ou privadas da rede regular de ensino. Além de garantir o acesso, as leis também buscam a socialização com outras crianças que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, conforme especifica a LDB em seu art. 59, inciso IV, onde afirma que o sistema de ensino deve lhes assegurar:

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, Art. 59, 1996).

Segundo Isabella Mendes Sant'Ana (2005), a implementação da educação inclusiva nas escolas tem encontrado limites e dificuldades em virtude da falta de formação de professores das classes regulares para atender as necessidades educativas especiais. Para esta autora, em muitas escolas os professores não têm uma boa qualificação para trabalhar com estes alunos, dificultando assim a aprendizagem deles.

Percebemos que os temas abordados têm tido ampla discussão nos meios educacionais, mas não significa dizer que as escolas oferecem um sistema de ensino de qualidade para todos os alunos, e respeitar as diferenças seria o ponto de partida para o melhoramento do acesso dessas pessoas com necessidade educativas especiais. Diante dessa limitação proveniente do professor, o que se observa é a construção da barreira atitudinal, a qual deve ser trabalhada tanto pelo docente como por todos que compõem a escola.

Segundo Mantoan (2006. pág. 15) “nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais”. Percebemos que algumas escolas públicas e também particulares adotaram mudanças

físicas, enquanto que falta um investimento maior na questão das práticas pedagógicas, para que possam oferecer uma educação de qualidade e que tenham a capacidade de adquirir meios para que estes alunos possam permanecer na escola.

Conforme Sant'Ana (2005, pag.228), em seu estudo sobre educação inclusiva, ela afirma que: “Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino.” A educação inclusiva tem encontrado dificuldades por não ter professores habilitados para dar o devido atendimento para essa modalidade de ensino nas escolas e isso é um sério problema encontrado nos estabelecimentos de ensino. No entanto as instituições precisam de docentes especializados para que desenvolvam instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas e que as mesmas se sintam iguais a todos, conforme seus direitos.

1.1 Educação inclusiva: conquista do direito à educação

A educação inclusiva garante o acesso dos alunos com deficiência ao ambiente escolar e a estudar na classe comum com alunos ditos normais. Inclusão é perceber que os alunos podem e devem aprender juntos embora tendo objetivos e processos diferentes. Segundo os autores, Souza e Cavalari (2010) a definição de inclusão é:

Definimos inclusão como sendo a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. (SOUZA, CAVALARI, 2010, p. 191).

Incluir pessoas com necessidades especiais é um direito garantido a essas pessoas e um direito de serem cidadãos. A inclusão permite às escolas abrirem as portas para receber os alunos com qualquer tipo de deficiência, a inclusão implica uma grande mudança de perspectiva educacional porque não atinge apenas aqueles alunos com deficiência, mas todos os demais. A inclusão tem como objetivo atender a todas as necessidades e de inserir alunos que já tiveram problemas com a exclusão como negros e homossexuais, entre outros.

Segundo Mantoan (2006, p.20) “a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”. Percebe-se que a inclusão é um processo de transformação nas escolas a fim de que acolham todos os alunos nos diferentes níveis de aprendizagem. A inclusão escolar para estas pessoas será, possivelmente, a solução para minimizar o preconceito de muitas pessoas.

Nos estudos de Holanda (2008), ela afirma que:

O surgimento de escolas especializadas governamentais é uma resposta a esses atos da sociedade, transformados em leis, ainda que de modo tímido, pois essas escolas garantem o direito fundamental de educação, minimizando, assim a exclusão educacional (HOLANDA, 2008, p.43).

No entanto, as escolas inclusivas têm a proposta de incluir as pessoas com deficiência, não só no ambiente escolar, mas em todos os espaços da sociedade.

Dentro do processo histórico brasileiro, Mazzota (2005) destaca dois períodos na história em que ocorre o acolhimento das pessoas com deficiência nas escolas. No primeiro período, que vai de 1854 a 1956, o autor denomina de “Iniciativas Oficiais e Particulares Isoladas”. No segundo, que vai de 1957 a 1993, ele caracteriza como “Iniciativas Oficiais de Âmbito Nacional”.

No primeiro período Mazzota (2005) destaca o atendimento escolar especial aos deficientes que aconteceu em 1854, no qual a primeira providência foi concretizada por D. Pedro II, através do decreto imperial nº. 1428, que deu origem, na cidade do Rio de Janeiro, ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant (IBC).

A partir de então, foram surgindo outras iniciativas como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro, em 1857. Hoje conhecido como Instituto nacional de Educação dos Surdos (INES). Esse estabelecimento de ensino estava voltado ao atendimento de meninos surdos-mudos, na faixa etária de 07 a 14 anos, “voltada para a educação literária e o ensino profissionalizante” (MAZZOTTA, 2005, p.29).

Na cidade de Salvador na Bahia, em 1874, foi fundado o Hospital Juliano Moreira, que deu início as suas atividades com o atendimento e assistência médica aos deficientes mentais. E assim, a educação inclusiva foi surgindo em várias localidades, dando o atendimento a alunos com deficiência sempre baseado no modelo médico, que visa a cura ou a reabilitação via medicação (MAZZOTTA, 2005, p.29). O acesso à

escola comum nesse período era algo improvável e muito menos cogitado pelos gestores e políticos.

Essas fundações foram importantes por terem lançadas as primeiras sementes para o que a história atual denomina de inclusão. Para Holanda (2008), a inclusão é mais que inserção das pessoas com deficiência no meio escolar, ela se dirige a todos no âmbito da educação, sem qualquer discriminação, ao afirmar que:

A inclusão é bem vinda. É necessária. É hora de sair dos discursos de educação democrática, da efetivação dos direitos humanos e da plena cidadania e, é verdadeiramente, fazê-la valer não só para os deficientes, mas também para os negros, as mulheres, os homossexuais, os índios, enfim, para todos os que estão do outro lado do possível (HOLANDA, 2008, P 118).

Portanto, a inclusão não está restrita a pessoas com deficiência, mas ela abrange todos aqueles que fazem parte da escola, em especial as crianças e adolescentes que são de uma maneira ou outra, excluídos devido a sua condição de pobreza, ou pelo simples fato de ser gordo, deficiente, negro, entre outros. Esse argumento tem como base legal a Constituição de 1988, Art. 205, que afirma a educação como um direito “todos”. Logo, a escola tem que procurar direcionar sua perspectiva para que “todos” os alunos no intuito de que saibam conviver, respeitando as diferenças entre seus pares.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão é de fato um grande desafio para as instituições, sejam elas públicas ou privadas. O atendimento e o acolhimento dos alunos em seus ambientes tem que apresentar ensino de boa qualidade e que seja acessível tanto em material pedagógico como em sua estrutura arquitetônica.

1.2 A importância do processo de Inclusão na Escola

A inclusão escolar é um assunto de direitos humanos, a sua importância é grandiosa por está recebendo pessoas com necessidades educacionais especiais, incluídas em classes comuns de ensino. A história da educação inclusiva mostra o quanto é difícil para as pessoas com deficiência fazer seu caminho na vida escolar, devido às diversas barreiras e desafios. No entanto, podemos perceber que estamos vivendo em meio a mudanças e grandes transformações. A todo instante nos deparamos com novas tecnologias, novos conceitos, e também com muito preconceito. Segundo Mendonça (2013):

Há muitos obstáculos ou barreiras que impedem o ingresso e a permanência de alunos com deficiências nas escolas regulares, sejam elas públicas ou

privadas. Estas barreiras favorecem o isolamento destes alunos no seio da família, não lhes oportunizando o direito constitucional de igualdade como cidadão, de pertencer e participar de atividades escolares juntamente com outras crianças na escola regular, segregando-os na maioria das vezes em escolas especiais (MENDONÇA, 2013, p.7)

Podemos assim, perceber os grandes obstáculos que muitas vezes impedem que esses alunos venham a permanecer nas instituições de ensino. Entre essas dificuldades temos as barreiras atitudinais que, segundo Mendonça (2013), baseiam-se em preconceitos e estereótipos causadores de discriminação, referem-se aos medos e ao desconhecimento em como atuar adequadamente diante das pessoas com alguma deficiência. No preconceito se agrega as diversas discriminações, onde uma pessoa tem uma predisposição desfavorável à outra, medo e desconhecimento sobre a deficiência. Vários estudos mostram, pelo o que se pode perceber, que a discriminação ainda está presente de forma clara na vida dessas pessoas que necessitam de um convívio escolar, e as barreiras só as prejudicam. As barreiras atitudinais mais frequentes são a ignorância, o medo, a rejeição, o sentimento de inferioridade.

Outro tipo de barreira é a arquitetônica. Para Mendonça (2013), as principais barreiras com que os alunos com deficiência se deparam são os ambientes sem acessibilidade que fere o direito de ir e vir em espaços importantes para os alunos como nas escolas públicas ou privadas, no lazer, nos esportes, na informação, na internet, no ônibus, etc. As barreiras arquitetônicas têm sido definidas por Mendonça (2013) como barreiras construídas no meio urbano que dificultam e impossibilitam a circulação de pessoas que possuem alguma deficiência. Conforme Mendonça (2013):

A escola regular não tem sido adaptada para receber as crianças com deficiências, na sua maioria física, que depende deste aporte para que possa fazer parte da comunidade escolar. A falta de banheiros adaptados, ausência de rampas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, escadas sem corrimões, maçanetas de portas roliças, portas de salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas (1,10 m), degrau de saída de porta acima do permitido (1 cm), corredores estreitos, pouca luminosidade, dentre outras (MENDONÇA, 2013, p. 10-11).

Além das barreiras citadas, temos também a barreira comunicacional que também é obstáculo significativo a impedir a presença de alunos com deficiência em escolas regulares. Segundo Mendonça (2013), as pessoas com deficiência visual e auditiva também têm o direito garantido pela LDB e pela Constituição Federal de 1988. Esses alunos têm os mesmos direitos de estarem presentes no ambiente escolar e em todos os lugares assim como todos os alunos não deficientes. Mendonça afirma que “Os

obstáculos comunicacionais se referem à adequação de códigos e sinais às necessidades especiais, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para as pessoas surdas e o Braille que os cegos utilizam para a escrita e leitura” (MENDONÇA, 2013, p.11).

A ausência de acesso a informações interfere na formação desses alunos, uma vez que o sucesso dos mesmos na instituição depende de adequações para cada necessidade. Na educação, no caso das pessoas com problemas na comunicação, é necessário que o respeito às diferenças configure-se, especialmente, com um aprendizado pedagógico que possibilite o procedimento de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos com dificuldades de entendimento ou não.

A inclusão não é só para a escola regular de ensino fundamental, mas para as universidades também. Conforme Holanda: “as universidades precisam assumir, de forma cada vez mais efetiva, o seu papel de formadora de profissionais de ensino, para atuarem frente à diversidade do alunado, nos diversos níveis de ensino” (HOLANDA, 2008, pag.87).

É importante ressaltar que nas escolas e também em universidades não são apenas os alunos que têm deficiência, há também professores e funcionários com deficiência que são legalmente aprovados nos concursos e que podem atuar normalmente como profissionais.

A educação inclusiva é importante porque dá oportunidade aqueles que sempre estiveram excluídos das instituições de ensino, fazendo também com que essas pessoas sejam vistas pela sociedade como pessoas capazes de atuarem como qualquer outro ser humano. Segundo Mantoan (2006, p. 27), “na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade”. Porque segundo a autora a escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos que têm deficiência e os que não têm, promovendo uma convivência de aprendizagem e respeito.

O direito da pessoa com deficiência de ter acesso à escola já é uma grande vitória, uma conquista para minimizar com o preconceito, por isso a importância de esses alunos estarem incluídos em escola da rede comum. Segundo a Barby (2008, p.63): “No entanto, incluir é muito mais que colocar junto ou proclamar um discurso inflamado em prol dos direitos humanos. É preciso lutar para que os recursos sejam inerentes ao próprio ato de incluir não se restringindo à mera aplicação de técnicas”. A inclusão é um avanço desde que a própria escola e os professores estejam preparados

para o recebimento desses alunos, os professores precisam estar preparados para dar a devida atenção a estas pessoas.

A educação inclusiva é muito importante para as famílias dos deficientes que, por muitas vezes, não sabem como conviver com a deficiência dos seus filhos. A escola, então, passa a auxiliar nesse processo de aceitação, de apoio e de condução dessas crianças ao convívio em sociedade. Para Souza e Cavallare (2010), a educação inclusiva:

É um dos temas mais discutidos da atualidade, o que nos leva a pensar e discutir o contexto da educação em geral, objetivando uma escola mais justa e que respeite as diferenças físicas, mentais, culturais de todas as pessoas, oferecendo a elas a inserção e participação social com qualidade de vida (SOUZA, CAVALARE. 2010 p.191).

Escolas que tem presente a inclusão de pessoas com deficiência deve ter a capacidade de entender e reconhecer as diferenças dos outros entre os demais, ter o privilégio de conviver e compartilhar com essas pessoas, para que desse modo se construa uma sociedade mais justa. Para tanto, o primeiro passo será o de aprender a respeitar as diferenças existentes em cada ser humano, seja ele professor, aluno, gestor, merendeira, vigilante ou familiar.

A instituição de ensino com atenção à educação inclusiva tem como dever o comprometimento com a aprendizagem de todos os alunos, assim como cultivar a boa relação entre os seus docentes. Segundo Mantoan (2006):

Há ainda a considerar outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas: o corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiência e a outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiência mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade de grande maioria deles diante do fenômeno da deficiência de seus filhos (MANTOAN, 2006. Pag.24).

No entanto, sabemos que a primeira educação vem de casa, se os pais não aceitam a deficiência e veem os filhos como pessoas diferenciadas, torna-se mais difícil para os educadores agirem. Às vezes os pais não querem aceitar ou mesmo não sabem enfrentar e acabam excluindo os filhos do seu próprio convívio. Os docentes precisam de apoio dos pais e de toda a comunidade escolar para que possam fazer um bom trabalho e ministrar um ensino de qualidade, e quando há resistência daqueles que deveriam estar apoiando, abre-se um leque de complicações reforçado pela falta de vontade de mudanças.

1.3 A importância da formação de professores para a educação inclusiva

Concebe-se a formação dos professores como o surgimento de oportunidades para aprofundar conhecimentos que os possibilitem a realizar um trabalho de qualidade na sala de aula e diante de situações diversas no cotidiano das escolas. É de fato um curso aprofundado para profissionais já formados, a fim de que possam vir a ser agentes de mudanças nas escolas, sejam elas públicas ou privadas com diversidades de alunos ditos normais e os especiais que precisam de professores especializados na área de ensino. A educação inclusiva necessita ser entendida como uma reforma educacional que, para se realizar, necessita de docentes formados em exemplos de ensino e comunicação distinguidos dos modelos tradicionais. A finalidade da educação inclusiva é a de que todos os alunos tenham de oportunidades iguais, dentro de uma estrutura que possa comportar as especificidades de cada deficiência, preparando o aluno para competir em pé de igualdade com os ditos normais.

Rodrigues e Rodrigues (2011), no seu estudo “Formação de Professores e Inclusão Como se Reformam os Reformadores?” afirmam que: “Na verdade, a reforma é o destino da educação. Desde a existência de escolas tal como hoje as concebemos, fundadas no início do século XIX, a escola sempre viveu imersa nas mais diversas reformas.” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011. p. 43).

Para que as mudanças ocorram nas escolas, levando em consideração as políticas da educação inclusiva, são necessários investimentos tanto na estrutura física e material, como na formação de todos que compõem a escola. Além disso, todos devem colaborar com essa mudança, desde a gestão política até os líderes da comunidade, bem como as famílias e os próprios alunos, no intuito de enfrentar o preconceito e desenvolver o respeito ao próximo, respeitando suas diferenças.

Os professores só vão de fato aceitar a mudança se sua profissão for também respeitada e estiverem convencidos de que a educação inclusiva precisa de mudanças. Para tal, os professores precisam de novas formações e capacitação, e terem o apoio de outros profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, interpretes de LIBRAS, educador físico, entre outros, enquanto desenvolvem suas atividades de ensino. Os professores devem ser considerados como parceiros para que possam iniciar o desenvolvimento de qualquer reforma educacional.

Conforme os autores Rodrigues e Rodrigue (2011):

Os professores são chamados a ser proficientes no trabalho com grupos e no uso de estratégias interativas. Adicionalmente, são ainda chamados a desenvolver todas estas novas estratégias numa perspectiva inclusiva, querendo isto dizer que se espera que a sua intervenção promova a equidade

social e que, assim, recuse a exclusão tanto no acesso como no sucesso de qualquer estudante. (RODRIGUES, RODRIGUES, 2011, P. 45).

Os docentes da educação inclusiva precisam de uma especialização e também de um mestrado em educação especial para que estejam aptos a passar seus aprendizados para os alunos especiais. Rodrigues e Rodrigues (2011) mostram que:

Acontece que, de acordo com a legislação vigente, é considerado especialista em “Educação Especial” o professor que, na data do ingresso ao curso de especialização, tenha pelo menos cinco anos de serviço docente. Assim, hoje, para ser professor de Educação Especial, o caminho é: 1º Ciclo (180 Créditos, em 6 semestres) + 2º Ciclo (90 ou 120 Créditos, em 3 ou 4 semestres) + cinco anos de serviço docente + especialização/parte acadêmica do mestrado (60 Créditos, em 2 semestres). É, sem dúvida, uma longa carreira de formação. (RODRIGUES, RODRIGUES, 2011, P. 47).

Portanto, percebe-se que a não qualificação de professores para a área de educação inclusiva, hoje em dia, é um grande problema, e merece um cuidado maior. Muitos professores são apenas graduados na área e assim não podem ser considerados profissionais habituados para estar em sala de aula ministrando aulas, ou em muitos casos existem professores de outras áreas exercendo sua profissão em outras áreas como professores de matemática ministrando aulas de português e etc. As instituições de ensino precisam de profissionais com conhecimentos adequados, com atitudes positivas e com um acordo que possa levar adiante as reformas da educação inclusiva, precisando ainda de cursos desenvolvidos sobre valores inclusivos para o aperfeiçoamento profissional na área em que atua.

Segundo Gatti (2010), no seu estudo sobre a formação de “professores no Brasil: características e problemas”, ele diz que a formação de professores no Brasil para o ensino das primeiras letras em cursos específicos foi proposta no final do século XIX, com a criação das escolas normais e a continuação dessa formação para o ensino fundamental e o ensino infantil foi a partir da Lei nº 9.394 de 1996. Só a partir do século XX é que aparece a formação de professores para o ensino secundário. A instituição de ensino adota virtualmente o papel transformador da sociedade ela é produto e produtora das relações sociais.

Conforme Michels (2006), a escola contemporânea é conclamada a ser democrática, ou seja, “para todos” caracterizando-se como uma instituição inclusiva. As escolas, muitas vezes, continuam com as mesmas relações já existentes, não tendo a devida compreensão com a atual reforma que deveria ser adotada. Michels diz que “[...] os professores são considerados os gestores da educação e da escola. Sua formação deve

adquirir caráter prático e instrumental” (MICHELS, 2006, p.407). Podemos assim perceber que a inclusão aparece nas escolas como algo novo, uma nova visão sobre o respeito às diferenças, não sendo uma batalha muito simples e nem fácil para lidar com ela.

As reformas educacionais, segundo Michels (2006), iniciam-se no Brasil nos anos de 1990, é nesse período que as escolas vão construindo e se organizando para implantar suas políticas com embasamento nas leis de ensino, mas de suas maneiras. Michels (2006, p. 408) diz que: “As reformulações apresentadas nessa reforma educacional atingem a organização da educação brasileira, principalmente a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº. 9.394/96”. Foi com esta lei que a educação inclusiva começa a ser reconhecida para o educando com deficiência. Muitas reformas deveriam acontecer não só nas escolas e na formação de professores, mas também na política, na reforma de estado, e que tenham como resultados uma educação de qualidade e inclusiva.

Segundo Michels (2006, p. 412): “A falta de preparo dos professores brasileiros é apontada pelos órgãos oficiais, como uma das causas mais relevantes do insucesso escolar dos alunos”. A formação dos docentes é eficaz para melhorar o conhecimento deles próprios e principalmente para os discentes que necessitam de uma educação qualificada. Michels (2006), no seu estudo, afirma que no Brasil os professores das séries iniciais do ensino fundamental e das outras modalidades de ensino precisam ser aperfeiçoados em seus estudos, tanto nas entidades normais superiores como nos cursos de pedagogia das universidades.

Portanto, se há necessidade de formação continuada para os professores do ensino regular, a formação especializada de professores em educação especial é imprescindível no sentido de oferecer aos alunos com necessidades especiais tudo o que eles têm direito para vivenciarem uma educação inclusiva.

2 INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

A inclusão é um desafio para a educação, partindo do pressuposto que muitas pessoas não têm o direito de estar presente em sala de aula. As pessoas com deficiência, quase sempre, foram desvalorizadas, excluídos do convívio escolar. Segundo Nilza Sanches Tessaro (2007), no seu estudo *Inclusão Escolar: Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial*, afirma:

A pessoa com deficiência nem sempre foi valorizada e respeitada pelos seus diferentes, por muito tempo representou segmento totalmente ignorado, sendo, portanto, vítima de abandono, rejeição, maus-tratos e até mutilações. Foi apenas a partir do século XX que começou a ter uma melhor aceitação do deficiente, momento em que se iniciou a sua de institucionalização e educação escolar. (TESSARO, 2007, S/P.).

Ao longo da história, o deficiente continua sofrendo com o estigma e pelo preconceito de suas diferenças. Essas diferenças existem no olhar das pessoas e precisam ser mudadas, pois que as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência têm direito a seu espaço na sociedade. Os estudiosos Strieder e Laura Gross Zimmermann (2010) dizem que:

A inclusão escolar só será viável se o professor e toda a comunidade escolar mudarem seu jeito de lidar com a diferença, via aceitação de formas relacionais de afetividade, de escuta e de compreensão, suspendendo juízos de valores como penas repulsa e descrença. Uma mudança como desejo interior, porque algo interior nos diz que vale a pena mudar. (STRIENDER e ZIMMERMANN, 2010, pag. 149).

A educação inclusiva é um desejo de mudança, isto porque a inclusão escolar exige o viver juntos, o conviver e exige também a compreensão por parte de todos os indivíduos, é um processo de socialização no qual os alunos com deficiência devem estar inseridos e o desejo começa a se dissipar pelas fronteiras da educação. Os seres humanos advêm de muitas limitações e a principal ocorre da manifestação de igualdade para com os outros, dessa forma pode-se empregar novos meios de sustentação para o serviço de ambiente psicológico na comunidade, principalmente com pessoas especiais. Assim se posiciona Strieder e Zimmermann (2010):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendação técnica, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental na educação inclusiva e

valorização da universidade presente numa comunidade humana (STRIEDER e ZIMMERMANN, 2010, pag. 146).

Percebe-se que incluir é dar oportunidade a convivência com os demais, respeitando as diferenças que os cercam. No entanto, é preciso esclarecer que incluir não se resume apenas em inserir os indivíduos num mesmo convívio. É preciso que haja uma mudança, de mentalidade e de comportamento para que o meio esteja apto a receber com tranquilidade a pessoas com deficiência.

Mantoan e Prieto (2006) afirmam que os debates atuais a respeito da educação inclusiva no ensino escolar têm diante de si desafios como o de encontrar certas soluções que respondam a questão do acesso e da estabilidade dos alunos nas instituições educacionais, mas para isso, as escolas, sejam elas públicas ou privadas, precisam adotar mudanças na sua organização pedagógica, nas políticas educacionais, de modo a reconhecer e a valorizar as diferenças sem que haja discriminação entre os alunos. Mantoan afirma que “o certo, porém, é que os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais.” (MANTOAN, 2006, pag. 22). As instituições educacionais não podem continuar como lugares da discriminação, devem ser ambientes da eliminação do preconceito com espaço para inclusão e dar um ponto final na indiferença.

O sistema educacional transita ainda em meio a muitas dificuldades para garantir uma educação de qualidade para todos. Os problemas só aumentam e ficam a cada dia mais difícil. Conforme Mantoan (2006), o ensino escolar brasileiro é aberto a poucos, e essa ocasião se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência, a inclusão escolar precisa de mudanças que garantam a condição das escolas estarem prontas para receber esses alunos com necessidades especiais, proporcionando estabilidade para que esses alunos continuem prosseguindo em seus estudos, sem que haja discriminação nem espaços segregados de educação.

Para Mantoan:

Há ainda a considerar outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas: o corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiência e outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiência mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade de grande maioria deles diante do fenômeno de deficiência de seus filhos (MANTOAN 2006, pág. 24).

A educação inclusiva precisa de apoio, de compreensão para enfrentar as dificuldades, mas sofre com oposição e resistência das pessoas que deveriam apoiar essa modalidade de ensino, como os pais e parte da população escolar. Os excluídos das escolas não são apenas os alunos que apresentam deficiência, são também aqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem, os negros, pessoas com má condição financeira, entre outras pessoas que deviam estar inseridas nas escolas comuns desde a educação infantil até o ensino superior. As escolas especiais bem como as comuns precisam se conscientizar e se organizar para melhorar o atendimento a esses alunos. Os pais e todos os representantes desses alunos precisam sair do comodismo em que estão e lutar por essas mudanças.

Conforme Mantoan (2006, p. 29), “o ensino comum e o despreparo dos professores, por sua vez, não podem continuar sendo justificado por aqueles que querem escapar da inclusão escolar pelos mais diferentes motivos”. O despreparo dos professores é a saída muitas vezes dos pais e dos alunos em dizer que não tem profissionais habilitados para atender a essas crianças especiais, mas nem todos são ingênuos em aceitar, a inclusão não pode ser mais desconhecida, a inclusão está presente e precisa ser aceita e compreendida, as escolas devem ser reconhecidas e valorizar as diferenças existentes.

Para Prieto (2006, p. 40), “como vistas a se contrapor ao referido modelo, o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”. A educação inclusiva deve ser vista como um novo paradigma que deve ter a aceitação e valorização da diversidade, pois é benéfico à educação para todas as pessoas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagens, sejam eles lentos ou mais rápidos. O importante é que esses alunos estejam inseridos no espaço escolar porque a educação é um direito de todos garantido por lei, mas ainda existem muitas pessoas que não têm acesso nem as escolas públicas nem as privadas. Como reforço, Prieto (2006) enfatiza:

Nesse sentido, se tornarmos particularmente o segmento da sociedade genericamente designado como pessoa com necessidades educacionais especiais, pelos dados oficiais apresentados em 2004, a matrícula desse alunado nas classes comuns das escolas regulares representava 34,4%, enquanto 65,6% estavam matriculados em escolas e classes especiais (Brasil, Mec/Inep, 2004). Quanto ao caráter público ou privado desse atendimento, do total de matrículas, 57% correspondiam a escolas públicas e 43% a escolas privadas (PRIETO, 2006, pag. 50).

Percebemos, pelos dados apresentados, que essas são as pessoas que têm acesso, enquanto que sabemos existir milhares que nunca tiveram contato com escolas e com outras pessoas que não fosse sua família, com esses cálculos que a autora coloca, observa-se que existem alunos matriculados na quantidade maior nas escolas públicas. Algumas pessoas afirmam que pessoas especiais devem estar inseridas em escolas públicas, porém esses dados apresentados mostram o quanto a educação brasileira está distante de uma educação para todos, ou seja, uma educação igualitária para todos.

Um tema que hoje também é muito destacado é a formação de profissionais, especialmente nas redes públicas de ensino, para o atendimento dos alunos com necessidades especiais. Os professores exercem papéis de destaque na educação inclusiva por serem os mediadores do conhecimento, mas sabemos também que no dia a dia surgem mudanças e que os docentes necessitam de novas formações, para assim estarem capazes de acompanhar as mudanças a serem adotadas nas instituições escolares. Estar atualizado em suas funções de educadores não é só do interesse dos professores mais de todos os envolvidos no processo de inclusão. Segundo Prieto (2006):

As mudanças a ser implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica somar atuações de várias instâncias, setores e agentes sociais, por outro, seus resultados poderão ser desfrutados por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca de melhoria da qualidade de vida da população (PRIETO, 2006, p. 69).

Portanto, não é só a gestão escolar e professores que precisam mudar, mas toda uma equipe que assuma responsabilidades para assim garantir uma educação qualificada, podendo propiciar maneiras de transformações para a melhoria do alunado que tanto necessita de uma educação de qualidade. A formação de professores possibilita a disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiências especiais, assim, se garante a aprendizagem do discente seja qual for sua deficiência.

2.1 A Educação inclusiva: um direito de todos?

Estabelece a Constituição Federal de 1988 que a educação seja sim um direito de todos e as pessoas portadoras de necessidades especiais devem ter atendimento educacional de preferência na rede regular de ensino, porém a inclusão é um problema aos olhos de muitas pessoas. A dificuldade de aceitar que essas pessoas convivam com

os demais ainda é complexa, mesmo sendo um direito garantido pela lei. De acordo com Windyz (2005):

Hoje, segundo dados oficiais, 98% das crianças e jovens brasileiros em idade escolar tem acesso á escolarização e 88% destes estão matriculados nas escolas públicas. Para um país de proporção continental como é o caso do Brasil, sem dúvida, tais dados representa um grande avanço (FERREIRA, 2005, p. 5).

No entanto podemos perceber que a escola para todos, no Brasil, não atua com uma educação qualificada e especializada para todos, segundo Ferreira (2005). Certo que os dados mostrados por ele apontam que o Brasil teve um avanço, contudo o fracasso e a exclusão estão presentes, e as pessoas que mais sofrem com a exclusão social quase sempre são crianças e jovens que têm uma qualidade de vida precária ou de baixa renda.

Mesmo que a educação inclusiva seja garantida por lei, o convívio escolar nem sempre está preparado para receber e conviver com as diferenças e limites que o processo de inclusão exige. A inclusão ainda não está totalmente aceita nas escolas, nas ruas e em torno da sociedade.

Seria equivocado resumir o processo de inclusão a aluno ou mesmo a pessoa com necessidades especiais presente na escola e no espaço físico, o mesmo precisa ter acesso às oportunidades que os outros ditos normais têm. Mas para que as pessoas que os rodeiam sejam capazes de superar os próprios preconceitos e os desafios que a educação inclusiva exige, se faz necessário que se tenha uma parceria entre escola, pais e a comunidade, para que juntos possam desenvolver melhores estratégias de aprendizagem e convivência para os alunos.

Conforme Mendes (2006, p. 391): “As pessoas com deficiências tem o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser antes de tudo, preparados em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade”. Essa preparação deve ser entendida tanto por familiares como também pela comunidade escolar, para que possibilite uma percepção da realidade que reconhece suas diferenças e as compreendem.

Mantoan (2006) diz que a escolha para ensinar a esse tipo de modalidade educacional “não é solitária e só vai valer se somarmos nossas forças as de outros colegas, pais, educadores em geral, que estão cientes de que as soluções coletivas são os mais acertados e eficientes”. Portanto, para que se tenha uma educação capaz de abraçar

todos os indivíduos é preciso que todos estejam aptos a assumir o papel que lhes cabe, uma vez que o processo educacional exige a participação de todos.

Nas escolas ainda há ausência de aspectos básicos que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades especiais. Segundo Mendes (2006):

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e as Diretrizes e Base da Educação Nacional – lei Nº9.394/96 (Brasil 1996) estabelece que a educação seja direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. A legislação, ao mesmo tempo em que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja da escola regular (MENDES, 2006, p. 397-398).

Sendo assim, observa-se que a lei garante o acesso e o direito à escola para todos, inclusive para as pessoas com deficiências, mas na prática esse acesso não é um processo fácil de acontecer, como bem enfatiza Mendes (2006), ao afirmar que:

[...] ainda que se observasse um aumento nas matrículas tomando-se como base os dados oficiais, o que não é o caso, não há evidência que as diretrizes políticas anunciadas pelos sistemas públicos de ensino estejam bem-sucedidas (MENDES, 2006, pp. 397-398).

Portanto, o que se percebe é que no Brasil, as leis dão garantia, mas as ações políticas não contemplam a realidade vivida pelas pessoas com deficiências na atual conjuntura, deixando todos com o sentimento de desamparo social, ao tempo em que a escola não sabe como lidar com essa população e, nem os deficientes sabem como se comportar em tal instituição de ensino devido às diversas dificuldades como a falta de mão de obra especializada, preconceito por parte dos colegas e do corpo docente da escola, sem falar da infraestrutura precária, como a falta de rampas, entre outras.

Para Fávero (2007, p.18) “As crianças que vêm sendo recusadas constantemente nas escolas são crianças cegas, surdas, com limitações intelectuais e/ou físicas, mas não associadas a doenças. São apenas crianças com deficiências”. O atendimento dessas modalidades é novo, é uma novidade, mas é um direito de todos, e precisa que haja igualdade para que exista uma educação para todos, que pessoas com e sem deficiência devam estar inseridas na mesma instituição de ensino.

Não é fácil para os alunos com deficiência serem aceitos em turmas de alunos ditos “normais”, sempre vai existir aqueles que têm preconceito que não aceita as diferenças existente e vai sempre haver situações constrangedoras para aqueles que

recebem um tratamento desigual. Os alunos especiais precisam de um acompanhamento especial porque, com certeza, irão existir momentos em que esse acompanhamento será indispensável durante sua vida na instituição de ensino, e para que não aconteça a rejeição de alunos em turmas regulares, a instituição de ensino e autoridades envolvidas devem estar preparadas. Segundo Fávero (2007, p. 20): “o pior é que, mesmo as autoridades consultadas sobre o tema, quando se deparam com recusa de um aluno com deficiência por uma escola que, como sempre, se diz “despreparada” para recebê-los, aceitam essa recusa como sendo razoável”. Percebe-se que as escolas não estão procurando a adaptação para o recebimento desses alunos, e as autoridades não adotaram maneiras para garantir a preparação para as escolas e para os docentes.

Portanto, a Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela. (FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN, 2007, p.25).

Mesmo que a Constituição garanta que a educação seja para todos sem que haja exclusão, ainda há instituições que dizem estarem despreparadas para o recebimento desses alunos. Se a Constituição de 1988 define que a educação é para todos significa que é para todos sem nenhuma exceção dos que estejam em um mesmo ambiente. O atendimento especializado da educação inclusiva é muito importante e é garantido por lei: “o atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência.” (FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN, 2007, p.29).

2.2 Como o professor observa o comportamento dos alunos ditos “normais” em relação aos portadores de deficiência?

O professor é uma das chaves principais para que a inclusão seja aceita e também seja trabalhada da forma certa como garante a lei. A sua preparação para atuar na área é de extrema importância porque são eles que irão trabalhar diretamente com os alunos ditos “normais” e aqueles que têm algum tipo de deficiência. Mendes (2005, p. 228) no seu estudo relata que: “Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários

níveis de ensino”. É importante que o professor seja instrumentalizado a fim de atender as peculiaridades que são apresentadas pelos alunos.

A parceria entre pais e escolas é fundamental para o êxito de todo aluno, o aluno especial deve estar inserido em escolas e em salas normais para que se sinta aceito e que exista de verdade uma inclusão. Quem faz da escola um ambiente especializado para atendimento a estas pessoas são a gestão escolar juntamente com os pais. Segundo Holanda (2008):

A inclusão educacional adotada em muitas escolas brasileiras deve constituir esforço amplo que corresponda ao princípio da inclusão social: a acessibilidade nas suas dimensões, ou seja, medidas diversas de adequação as necessidades dos alunos. Essa amplitude da acessibilidade diz respeito, prioritariamente, não só as adequações arquitetônicas, metodológicas e de comunicações, mas também as mudanças relativas à gestão escolar, a família e a comunidade. (HOLANDA, 2008, p. 117).

Portanto percebemos que a educação, na concepção da inclusão e na lei, deve ter disponível atendimento especializado em todos os níveis de ensino. Segundo Sant’Ana (2005, p. 228): “o que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo”. É relevante, portanto, que os gestores escolares juntamente com os educadores conheçam as diferenças dos alunos, fazendo com que se sintam bem no convívio da comunidade escolar.

Segundo Mantoan (2007) a educação inclusiva ainda é um desafio, e a transformação da instituição não é uma mera exigência da inclusão escolar, mas deve ser encarada como um compromisso intransferível das escolas. Percebe-se que em muitas escolas não tem de fato a inclusão, se existem projetos de inclusão, este é parcial, onde alunos com deficiências são atendidos em locais fechados, ou seja, o atendimento é apenas com eles.

Conforme Mantoan (2007):

Escolas abertas às diferenças é capaz de ensinar a turma toda demandam uma resignificação e uma reorganização completa dos processos de ensino e de aprendizagem usuais, pois não se pode encaixar um projeto novo em uma velha matriz de concepção do ensino escolar (MANTOAN, 2007, p.50).

Para que haja uma melhoria no ensino e o professor consiga trabalhar com todas as diferenças que existirem nas salas de aula é preciso que enfrente as dificuldades que farão parte da vida escolar, podem acontecer exclusões por parte dos outros alunos ditos

“normais”, entre outras dificuldades e obstáculos que poderão existir, atingindo não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que apresentam uma dificuldade maior de aprender. A educação inclusiva desafia o mundo a amparar a educação para todos e todas, a educar na diversidade.

Segundo Holanda (2008):

Educar a todos (as) desafia as escolas regulares de ensino a receberem as diferenças e estarem prontas para atender às necessidades educativas especiais de todos os (as), sejam elas linguísticas, cognitivas, culturais, étnicas e de gênero (HOLANDA, 2008, p.112).

Podemos assim perceber que a escola não pode deixar de fora alunos, seja por deficiência ou por dificuldades econômicas, dificuldades na aprendizagem, entre outras diferenças e condição de exclusão. No entanto, as escolas juntamente com toda gestão escolar e as famílias são membros importantes, os mesmos devem estar preparados para lidar com muitos obstáculos, deve sair do comodismo quebrar barreiras para que a inclusão aconteça. Conforme Holanda (2008, p. 114), “[...] os educadores se constituem nos principais elementos para o sistema educacional inclusivo. Nesse sentido, um maciço investimento em formação continuada é o elemento-chave para que se reflita e se consolide uma escola para todos”.

Os educadores continuam sendo a ferramenta principal para que exista o ensino inclusivo, uma educação para todos. O que precisa e que tenha uma reflexão em toda a estrutura escolar, revendo e reavaliando gestão, liderança e formação. Incluir alunos com deficiências em salas regulares com o despreparo da escola e com a falta de educadores qualificados sempre foi uma polêmica desde o início da educação especial, trazendo muito preconceito e resistência.

Segundo Artioli (2006), existem leis que definem que as instituições de ensino aceitem matrículas de alunos com deficiências, mas que não existe uma lei que determine que as pessoas devam aceitar e ter contato mais próximo com eles, podemos assim perceber que as escolas são obrigadas a incluir alunos com deficiência, mas isso não quer dizer que os alunos ditos “normais” aceitem esses alunos.

Artioli (2006, p. 104) ainda afirma que: “Vários obstáculos impedem a efetivação da inclusão educacional das pessoas com deficiência, entre eles, o despreparo do professor, os graves problemas da educação pública e a falta de recursos”. Além de todos os obstáculos citados ainda tem as barreiras que também são problemas que os alunos com deficiência enfrentam, como a barreira arquitetônica, a atitudinal, a

comunicacional, entre outras, que impossibilitam os alunos a terem uma vida normal assim como os demais alunos. Na área educacional, a escola deve estar preparada e organizada para atender a todos os alunos, com qualquer que seja sua deficiência, pois todos têm o mesmo direito e a sociedade também precisa aprender a conviver com a diversidade existente no mundo.

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica (SILVA, ARRUDA, 2014, S/P).

A educação é um direito de todos e os professores devem fazer com que isso aconteça, e para que haja a inclusão, deve-se repensar sobre a forma como as instituições estão organizadas. O professor deve ser visto como um mediador, estimulador, seja ele de sala regular ou de inclusão, não podendo haver diferenças entre ambos. O mais importante é que sejam valorizadas suas capacidades e os seus espaços, para que proporcionem aulas criativas e diversificadas. Silva e Arruda (2014) falam que o professor como mediador dos conhecimentos deve promover um ensino igualitário, pois quando se fala em inclusão não estamos falando só dos alunos especiais e sim da instituição de ensino também, na qual a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

É de muita importância visualizar os docentes como administradores e transmissores dos conhecimentos que respeitam as diversidades e que cada discente reaja de acordo com a sua originalidade, seu jeito de aprendizagem, seu conhecimento pessoal e profissional, entre outras.

A resistência das escolas em receber alunos inclusos ainda se dá devido à falta de experiência que os professores enfrentam, sem saber como lidar com aquela criança que não se encaixa com o perfil da sala, muitas vezes tentam fazer com que aquele aluno mude de sala, antes mesmo de saber quais são as suas possibilidades. (SILVA, ARRUDA, 2014 S/P).

Assim uma escola regular pode alterar-se para uma escola das diferenças onde alunos especiais possam se inserir em uma sala regular com alunos ditos “normais”, que a instituição seja capaz de incluir no sentido de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e também sociais oferecidas pela escola, e o professor como intermediário do saber deverá promover um ensino igualitário para

todas as modalidades. “Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade” (BRIANT, OLIVER, 2012, p.142). Os professores despreparados se sentem angustiados em receber esses alunos com deficiência, alunos que têm dificuldades na aprendizagem. Provavelmente, os professores não conseguem lidar com a situação por não ter uma formação adequada na área de educação inclusiva.

Conforme Briant e Oliver (2012), a educação inclusiva em uma classe heterogênea composta por crianças com e sem deficiência pode ser percebida como estímulo, gerando adoção de táticas dedicadas a criar um ambiente educacional mais rico para todos, as mudanças metodológicas podem beneficiar os alunos no geral, mas também essa heterogeneidade pode causar um desconforto no docente que, em muitos casos, pode se sentir inseguro e fraco para desenvolver seu trabalho. Briant e Oliver (2012) dizem que:

É preciso investir no processo de formação inicial e continuada do professor, pois isto influencia seu cotidiano em sala de aula. Dessa forma, o professor passará a se sentir mais seguro e com maiores possibilidades de realizar um trabalho com qualidade diante de uma sala de aula heterogênea (BRIANT, OLIVER, 2012, p.149).

Como afirmam Silva e Arruda (2014, S/P) “o professor por mais inclusivo que ele seja não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade”. O professor junto com a escola e as Salas de Atendimento Educacional Especializado e os centros de apoio aos alunos com deficiência pode mudar essa realidade, pensando no que pode ser feito para melhorar a prática pedagógica, com o desenvolvimento de técnicas que venham utilizar os materiais oferecidos pela escola, considerando as dificuldades de cada aluno. Em conjunto com a equipe escolar, o docente precisa tentar construir uma escola e uma sociedade mais inclusiva.

3 ANÁLISE DE DADOS: RESPECTIVO DIAGNÓSTICO DA PESQUISA REALIZADA

Este capítulo apresenta, como citado, a análise e discussão dos dados coletados com a realização da pesquisa de campo de acordo com a relevância para o processo de investigação de uma determinada realidade.

A análise de dados tem caráter de uma atividade cujo possível é a transformação de dados adquiridos com a pesquisa, ou seja, é a prática, na qual se toma como tarefa a transformação crítico/análítica de um conjunto de dados, que tem como objetivo uma melhor verificação acerca destes.

3.1 Característica dos componentes da pesquisa (Educadoras)

Cabe ressaltar, de início, a caracterização das educadoras que executam ofício com os alunos especiais da instituição de ensino escolhida para este estudo, essa ação é pertinente por elas serem os sujeitos intrinsecamente ligados à pesquisa, podendo verificar esta caracterização na Tabela 1.

IDENTIFICAÇÃO	VINCULAÇÃO	TEMPO/ SERVIÇO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE
A (AEE)	Efetiva	–	F	44 anos	Graduação (Pedagogia)
B	Efetiva	28 anos	F	62 anos	Graduação
C	Contratada	3 anos	F	30 anos	Graduação

Fonte: *Questionário da pesquisa – 2014*

Para a coleta de dados, a pesquisa foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, com questões abertas, aplicado para dois professores da área de licenciatura em história e para os professores da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os colaboradores da pesquisa são todas do sexo feminino, sendo duas efetivas e uma contratada, na faixa etária entre trinta a sessenta e dois anos, e com o tempo de serviço na escola variando entre três a vinte oito anos. As indagações foram sobre a percepção dos professores de uma escola pública da cidade de Cajazeiras acerca do tema inclusão escolar. Para manter o sigilo das entrevistadas serão usadas letras do alfabeto para identificá-las.

3.2 Categorização das questões da educadora da sala de AEE (Codinome A)

De início, foi indagada a educadora A sobre **quando surgiu de fato a inclusão na instituição**, esta por sua vez, de forma bem sucinta, respondeu que, foi “*em 1996*”. Ver-se que a inclusão nessa instituição encontra-se inserida há 18 anos.

A segunda pergunta teve por finalidade saber se **antes do surgimento da inclusão na instituição já havia alunos especiais**, a professora revela que “*sim*”, deixando claro que, mesmo sem um ambiente adaptado ou professores capacitados e/ou preparados para atuar com a educação inclusiva, já existia o acesso da inclusão na escola, e que tanto a instituição quanto os professores buscavam adequar-se à necessidade desses alunos.

Foi indagado mais uma vez da educadora A se, **na opinião dela, quais as mudanças positivas que observava com a chegada da inclusão na escola**, e a mesma nos diz que “*muitas: principalmente o engajamento das pessoas com necessidades especiais, com as ditas normais*”. Sendo assim, esta ao mesmo tempo em que responde que existem várias mudanças positivas, específica de forma mais clara e objetiva apenas uma, que é a aproximação entre as crianças especiais com as ditas “normais”.

Já que essa educadora citou o benefício da chegada da inclusão no âmbito escolar, coube aqui perguntá-la **quais os aspectos negativos advindos com esta inclusão**, ela diz o seguinte: “*Porque ainda existe muita resistência*”. Percebe-se que esta generaliza a resistência como fator negativo intrínseco a todos os sujeitos (as) e repartições da instituição. Segundo o Documento subsidiário a política de inclusão, (2005), encontra-se que:

Podemos dizer que se faz necessário propor alternativas inclusivas para a educação e não apenas para a escola. A escola integra o sistema educacional (conselhos, serviços de apoio e outros), que se efetiva promotora de relações de ensino e aprendizagem, através de diferentes metodologias, todas elas alicerçadas nas diretrizes de ensino nacionais (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO A POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p.19).

Em se tratando de relacionamento entre os alunos, a pergunta se refere a **como a educadora observa o comportamento dos alunos com relação às crianças com deficiência**, esta, por sua vez, esclarece que “*eles os tratam com humanidade, bom acolhimento, respeito*”, desmistificando a resposta da questão anterior quando esta fala em resistência. Observa-se que não há aversão por parte dos colegas de turma, já que os educandos respeitam e acolhem bem os alunos especiais. Tendo apenas a necessidade de implementar mais a igualdade entre ambos com o intuito de massificar esta semelhança.

A educadora, codinome A, foi indagada sobre como **percebia a aprendizagem dos alunos com deficiência**, a mesma apenas respondeu que “*é delicada esta situação!*”, não esclarecendo se os alunos aprendiam se obtinham êxito cognitivo, ou até mesmo se é satisfatório a prática do ensino/aprendizagem.

Quando, por sua vez, foi direcionada a opinar sobre **quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência na escola**, esclareceu desta forma que, “*elas precisam de um atendimento mais direcionado e o professor não tem condição de oferecê-lo, pois as turmas são de 35 a 40 alunos*”. A educadora dá ênfase a superlotação das turmas dependentes de atendimentos especiais, considerando a pouca condição educacional prestada entre profissionais e qualificação.

Como destaca o Documento Subsidiário a Política de Inclusão (2005), em sua análise de referências da educação especial, quando encontramos que:

Uma política educativa que afirme que sobre o professor recaem as esperanças de melhoria da educação brasileira tem como único efeito situar o professor frente a um ideal que adquire mais a dimensão de um “fardo” a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Esta situação é facilmente verificável através das inúmeras queixas veiculadas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus alunos (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO A POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p. 9).

Ou ainda quando mostra a necessidade de uma parceria para se concretizar de fato a educação, o documento nos aponta o seguinte:

Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico. Porém, a solicitação destes recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso. A equipe, não raro, ao invés de estar desde o princípio acompanhando o trabalho do professor com toda a turma, é utilizada como último recurso para encaminhar somente aqueles alunos com dificuldades extremas em relação à aprendizagem. Neste sentido, o papel da escola fica restrito ao encaminhamento para serviços outros que, via de regra, só reforçam a individualização do problema e desresponsabilizam àquela em relação às dificuldades do aluno (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO A POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p. 9).

Lançado o questionamento, **Como é percebida a inclusão na escola**, a educadora A diz que: “*é um processo lento, precisa de muito amor*”. Esta, mais uma vez, destaca a dificuldade em se tratando do trabalho com as crianças com deficiência,

apontando um fato muito importante, pois além da capacitação, é necessário empenho, sentimento capaz de mudar as condições do ensino mediante o que é oferecido pela instituição.

Tendo em vista a formação do docente, foi indagado se a educadora A **fez algum curso ou especialização na área**, para poder trabalhar na sala de AEE, respondendo esta que “*não, participo sempre das formações destinadas aos professores da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)*”. Ver-se que há um pouco de contradição, quando relata que não usufrui de nenhum tipo de formação ou especialização e, ao mesmo tempo, revela existir a frequência em cursos de formação cedidos pela gestão educacional do estado, sendo assim, entende-se que, além de pedagoga, também possui formação continuada em educação especializada.

A opinião da educadora A para saber **se esta percebe a necessidade de reformas educacionais nesta área, e quais seriam estas reformas**, a profissional destaca “*é preciso que os governantes se empenhem mesmo com os projetos da escola que beneficiem os alunos com necessidades especiais*”. Ela repassa a reforma no sentido da implementação justa dos projetos governamentais feitos para tais áreas, que estes sejam fielmente executados pelos governantes.

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO A POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p. 25).

Por fim, cabe ressaltar o entendimento sobre se ainda **há mais alguma coisa a acrescentar sobre a inclusão**, a pesquisanda A diz: que “*os projetos, não fiquem apenas no papel, que sejam realizados na prática com muita eficiência*”. Destacando assim a função real do educador de alunos com necessidade especial, enfatizando com seriedade a importância que o projeto de inclusão tem mediante a prática educacional.

3.3 Categorização das questões das educadoras de codinomes B e C

Na **questão 1 (um)** do questionário destinado às educadoras da disciplina História foi perguntada a opinião, segundo elas, sobre a educação inclusiva, a entrevistada B: diz que “*a educação inclusiva é uma ação social humanista que através*

da cultura e do estímulo, o indivíduo começa a construir sua personalidade e passa a compreender melhor as situações vividas em seu dia-a-dia". Já a entrevistado C: diz que *"considera um avanço muito importante à educação inclusiva, visto que retira do anonimato muitas pessoas que por infelicidade nasceram com alguma falha na sua estrutura física ou mental"*.

Podemos perceber que de fato a educação inclusiva fez com que as pessoas com deficiência que antes eram escondidas pudessem hoje sair do anonimato e serem inseridos nas salas de aulas. Não podendo considerar esta deficiência como uma falha ou infelicidade, já que todos têm os mesmos direitos e deveres, apenas parte da população necessita de atendimentos especiais por possuírem alguma deficiência que dificulta serem aptos a todas as ações pertinentes ao humano. Porém, estes são capazes assim como o todo, possuindo inteligência, habilidades e capacidade de progressos.

Assim como destaca Mantoan (2006), quando esta afirma que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismo mais equitativos no acesso de bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16).

É muito importante destacar na educação a significância que todos nós temos mediante a sociedade, evitando a discriminação por parte tanto dos educandos quanto dos educadores, que são formadores de opiniões.

Dessa feita, cabe aqui na **questão 2 (dois)** ressaltar quais os pontos positivos da inclusão. A educadora B revela que *"os pontos positivos é que a Educação Inclusiva integra a sociedade, os seres humanos que vivem à margem da sociedade por não serem considerados (normais)"*. A educadora C aponta que a *"inclusão no convívio social e escolar através do desenvolvimento de projetos que respeitem sua língua e cultura. A possibilidade de conscientizar a comunidade escolar a lidar com a diversidade, adequando dessa forma experiência direta com o aluno"*.

Ambas as educadoras apontam a inclusão como integração do indivíduo como parte integrante social, ou seja, destacam a normalização pertinente ao indivíduo com deficiência, bem como a inclusão escolar sendo vista como um direito de todos independente das deficiências existentes.

Para dar ênfase na **questão 3 (três)**, dos pontos negativos pertinentes a esta modalidade de ensino, a educadora codinome B revela que, *"os pontos negativos da*

educação Inclusiva é que o número de pessoas capacitadas é pequeno e isso faz com que as pessoas com deficiência sejam colocadas nas escolas, sem uma preparação prévia, tanto do educando como do educador”; a educadora C aponta a *“falta de formação (capacitação profissional), o despreparo dos profissionais para participarem da inclusão escolar. As dificuldades, os problemas, a pouca estrutura e investimentos nas escolas”*.

As educadoras enfatizam unanimemente o despreparo profissional para tal ofício, no qual os educadores não são intimamente formados para atuar com a educação especial, fazendo com que esta não ocorra de forma significativa para a vida do sujeito em fase de construção do saber e identidade pessoal. Ou seja, *“a formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”* (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO A POLÍTICA DE INCLUSÃO, p. 21, 2005).

Na **questão 4 (quatro)**, foi indagado como as mesmas trabalham os conteúdos de História com esses alunos, a educadora B afirma que, *“costuma trabalhar através do diálogo individual, e com algumas atividades elaboradas por mim, de acordo com a deficiência”*, já a educadora C diz que *“de cada conteúdo é necessário saber o que já se conhece sobre determinado assunto para que assim se possa seguir em frente com as etapas”*.

Percebe-se que a metodologia da educadora de codinome B é mais explicativa, já que esta trabalha dialogando com ambos, identificando assim seu grau de aprendizagem e dificuldade cognitiva, bem como com exercícios que vão ao encontro das necessidades dos mesmos, auxiliando assim o entrosamento com os demais membros da turma. Enquanto a educadora de codinome C apenas revela que identifica a aprendizagem por conteúdo para assim consumir sua metodologia com estes alunos.

A **questão 5 (cinco)** retrata a maior dificuldade encontrada para ministrar as aulas de História, a educadora B diz que *“a maior dificuldade ocorre com os surdos-mudos por falta de intérprete”*, já a educadora C revela que *“a dificuldade está em transferir assuntos contextualizados que nessa área é de predominância bastante formal”*.

É notório que a educadora B destaca apenas a dificuldade com os surdos por falta de intérpretes preparados e a educadora C enfatiza a dificuldade do ato de mediar a construção do conhecimento. Assim, é perceptível que ambas se referem às dificuldades com respostas incompletas, evasivas, pontuando deficiências, no caso dos surdos-

mudos, que talvez não sejam a origem da dificuldade. É fato, que a função do educador é mediar o conhecimento, e não transferir, tendo em vista a habilidade que cada sujeito tem em executar ações práticas e de aprendizagem.

A **questão 6 (seis)** indaga se tem algum apoio pedagógico por parte da escola para auxiliar o trabalho das docentes com os alunos portadores de necessidades especiais. A educadora B afirma o seguinte: “*sim, temos apoio pedagógico através da sala de A.E.E.*” e a educadora C diz que “*sim, este apoio é advindo da sala de AEE e dos profissionais que desta fazem parte*”.

As duas docentes afirmam existir esse apoio pedagógico proveniente do espaço cedido pela sala de AEE existente na instituição.

A **questão de número 7 (sete)** busca a percepção da aprendizagem dos alunos com deficiência. A educadora B esclarece que, “*percebe-se que o aluno está compreendendo através do diálogo e de algumas atividades*”, e a professora C revela que os mesmos aprendem “*através da produção de atividades, comportamentos, etc.*”.

Ambas identificam que há aprendizagem quando as atividades são realizadas com os mesmos, bem como a conquista do diálogo.

A **pergunta de número 8 (oito)** visa à percepção do comportamento dos alunos com relação às crianças com deficiência. A educadora B assegura que existe “*uma boa aceitação. Existe uma compreensão muito grande e muita solidariedade*”, e a educadora C revela que “*isso é variante ao trabalho em sala sobre “Inclusão”. Em nossa escola essa realidade é comum graças aos trabalhos desenvolvidos através de projetos e ações pedagógicas*”.

As educadoras asseguram que existe sim, a aceitação dos outros colegas alunos perante as situações como um todo, pois há execução de trabalhos na escola que aproximam as crianças das “diferenças”, ou seja, os trabalhos pedagógicos expõem que apesar de alguns alunos dependerem de alguns atendimentos especiais, todos nós somos iguais, pois todos nós temos uma espécie de diferença e/ou dificuldade, seja ela psicomotora (aparente), ou até mesmo advinda de algum déficit de aprendizagem.

A **questão 9 (nove)** tende a indagar se as educadoras realizaram algum tipo de curso ou especialização na área de educação especial, elas responderam que “*Não*”.

Fica assim evidente, que as mesmas conhecem e convivem com os casos diariamente em suas turmas, porém, apesar de saber da necessidade de se especializarem, para assim melhor mediar o conhecimento, deixam este atendimento apenas para a responsável pela sala de AEE. Desta feita, fica claro que há de alguma

forma uma exclusão entre os alunos, pois a inclusão deve ser realizada na sala de aula entre todos os educandos, devendo utilizar dos meios da sala de AEE, apenas para atividades muito específicas, e até mesmo para uma melhor compreensão dos conteúdos estudados em sala, ou seja, esta sala separada deve ser considerada como uma sala de apoio.

Por fim, a **indagação de número 10 (dez)** investiga se na graduação feita por ambas, houve alguma disciplina relacionada à Educação Inclusiva. A educadora de codinome B diz o seguinte: *“Não. Nossa escola está muito bem servida, o que não ocorre com outras escolas, inclusive as de ensino superior. Temos ex-alunos passando por um problemão: o de locomoção”*; enquanto a educadora C nos revela que *“Sim, o curso de LIBRAS”*.

De alguma forma, observando-se nas entrelinhas da resposta da professora B, é notório que a mesma respondeu não ter tido esta oportunidade em sua graduação, já a educadora C, como explicou, teve apenas a disciplina de LIBRAS como fundamento na Educação Inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de entender como se procede a Educação Inclusiva no âmbito das escolas públicas na cidade de Cajazeiras-PB, e tomando como campo de estudo e pesquisa uma dessas escolas, este trabalho busca identificar subsídios que norteiam essa modalidade educacional, mediante posicionamentos de educadores quanto à qualificação profissional e o aprendizado dos educandos com necessidades especiais. Durante a pesquisa, e no decorrer da análise dos dados, constatou-se que vários fatores podem ser considerados para que haja de fato esta inclusão escolar, que deve ser considerada parte inerente da educação como um todo.

Fica evidente que o método de alfabetização empregado no âmbito educacional deve ser considerado pelo educador ou educadora a principal etapa na formação do indivíduo, contudo, não se pode de fato evidenciar este conceito mediante a prática das docentes questionadas. Houve a percepção que parte delas desenvolve um trabalho metodológico sem tanto compromisso de contemplar a realidade dos alunos, ou seja, não asseguram com tanta prioridade o verdadeiro ato de ensinar, elas contemplam muito a realidade documental e/ou propostas, esquecendo-se de atuar como realmente deveriam, deixando lacunas perante a missão de educar.

Contudo, apesar de as educadoras apontarem que possuem trabalhos metodológicos condizentes com a realidade dos educandos, foi percebido que estas desenvolvem em suas aulas atividades que não contemplam a interação dos alunos, ou seja, não buscam envolvê-los com os demais, ditos “normais”. Segundo Izabella Mendes (2005), a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades em virtude da falta de formação de professores das classes regulares para atender as necessidades educativas especiais. Para esta autora, em muitas escolas os professores não têm qualificação adequada para desenvolverem suas atividades educacionais.

Sabe-se, por outro lado, que o professor deve desenvolver o papel de mediar a construção do conhecimento junto ao aluno, proporcionando um conhecimento ordenado e um desenvolvimento crítico/analítico.

Tendo em vista a percepção de quanto o professor é importante para o crescimento intelectual do aluno, será necessário que a metodologia em uso pelas educadoras esteja ligada às propostas pedagógicas emanadas da escola, a fim de que se ampliem para as crianças o gosto pelos estudos e a ânsia de conhecer novos rumos para

se viver bem, mesmo com algumas limitações, na vida em sociedade. Quando o docente apresenta fontes de estimulação em suas práticas ele contribui com a construção de novos conhecimentos e segue com seus alunos na busca da superação de obstáculos.

REFERÊNCIAS:

ARTIOLI, Ana Lucia, A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. **Revista da psicologia da educação**. São Paulo, 2006, p. 103-121, disponível em: <<http://www.prsp.mpf.mp.br>>. Acesso em: 12/04/2012.

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e base da educação** (lei nº 9.394). Brasília: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL, Ministério da educação especial, **Documento subsidiário à política de inclusão**, Brasília – DF, 2005.

BRIANT, Maria Emilia Pires, OLIVER, Fatima Correa, inclusão de crianças com deficiências na escola regular numa região de São Paulo: conhecendo estratégias e ações ver. **Revista brasileira educação especial**. Bras. Ed. Esplanada, v.18, n.1, p. 141-154, Jan/Mar, 2012, disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>>. Acesso em: 25/03/2011.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga; PANJOTA, Luisa de Marillac; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento educacional especializado. São Paulo: Mec/ SEEP, 2007.

FREITAS, Sônia Maria de História Oral Possibilidades e Procedimentos. São Paulo – SP: Imprensa oficial, 2002.

GATTI, Bernadet A. Formação de professores no Brasil: características e problemas, educação. In: _____. **Fractal: Revista de psicologia**, Campinas – SP, v.31, n.113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>>. Acesso em: 12/05/2014.

HOLANDA, Maria de Fátima Duarte; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. **Memória da Educação Especial- da integração a Inclusão**, João Pessoa – PB: Universitária da UFPB, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gaviolli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo – SP: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil, história e políticas públicas**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, p. 27-65.

MENDES, Enicéia Gonçalves, A radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** V.11 N.33, 2006, p 387-559. Disponível em <<http://www.siello.inclusão.org>>. Acesso em: 25/03/2011.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Escola inclusiva: Barreiras e desafios. In: _____. **Revista encontro de pesquisa em educação**, Uberaba – SP, v.1, n.1, p.04-16, 2013. Disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>>. Acesso em: 25/03/2011.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos a organização escolar. In: _____. **Revista brasileira da educação**, v.11, n.33, 2006. Disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>. Acesso em: 24/08/2014>. Acesso em: 10/11/2014.

RODRIGUES, David; RODRIGUES, Luzia Lima. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? In: _____. *Educar em Revista*, Curitiba – PR, n.41, p.41-60, 2011. Disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>>. Acesso em: 10/11/2014.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepção de professores e Diretores. Maringá – PR. In: _____. *Psicologia em Estudo*, Piracicaba - SP, v.10, n.2, p.227-234, 2005. Disponível em: <<http://www.siello.inclusão.org>> Acesso em: 04/04/2011.

SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvisotto Medina Martins, O papel do professor diante da inclusão escolar. In: *Revista eletrônica da educação*, v.5, n.1, 2014. Disponível em: <<http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes>>. Acesso em: 13/05/2013.

SOUZA, Marivalda de Oliveira; CAVALARI, Nilton. A importância da inclusão na educação infantil. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, Pitanga – PR, v.1, n.2, P.190-201, 2010. Disponível em:< www.revistas.uniube.br>. Acesso em: 07/06/2013.

STRIED, Roque; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. Inclusão escolar: um desafio da igualdade na convivência com os diferentes. In: _____. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v.14, n.33, p.127-140, 2011. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtpe/volumes/v14n3/12.pdf>>. Acesso em: 25/05/2014.

TESSARO, Nilsa Sanches, *Inclusão escolar: concepções de professores e alunos a educação regular*, São Paulo – SP: Casa do psicólogo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n2/08.pdf>>. Acesso em: 12/05/2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar _____ para participar da pesquisa intitulada “Educação Inclusiva: A Percepção dos Professores de uma Escola Pública da Cidade de Cajazeiras Sobre a Inclusão”, que faz parte do curso Licenciatura em História e é orientada pelo Prof.^a Nozângela M^a R. Dantas do Centro de Formação de Professores/CFP da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. **O objetivo da pesquisa é** fazer um levantamento da história da educação inclusiva em uma escola pública da cidade de Cajazeiras/PB, analisando a importância dessa modalidade de ensino na percepção dos professores, e observando as influências que este está exercendo na Escola. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: responder um questionário relacionado aos objetivos da pesquisa. Informamos que não há riscos para sua saúde ou integridade física e psíquica, pois a pesquisa é apenas de caráter opinativo, conforme Res. **466/2012-CNS**, item IV. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Não há benefícios diretos, apenas de caráter didático educacional para fins monográficos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP: 58900-000 - Cajazeiras - PB. E-mails: nozangela@yahoo.com.br; taniamagrinha75@hotmail.com.

Eu,.....,
 declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof^a Nozângela M^a Rolim Dantas e da aluna responsável Tânia de Lira Temoteo.

Eu,....., declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ **Data:.....**
Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B**Questionário****DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

() Professor () efetivo () Contratado () outro: _____

Tempo que está na escola: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____ Religião: _____

Escolaridade: _____

1. Qual a data de fundação do Colégio Dom Moises?
2. Em sua opinião, por que atribuíram o nome de Dom Moisés Coelho a esse colégio?
3. Quem expediu a portaria na época? E qual o número dessa portaria?
4. Quem era o prefeito da cidade, e o governador na época do surgimento da escola?
5. Quem foi o primeiro diretor dessa instituição?
6. Quantos anos o colégio tem?
7. Quando surgiu de fato a inclusão nesta instituição?
8. Antes do surgimento da inclusão nesta instituição já se tinha alunos especiais?
9. Na sua opinião, quais as mudanças positivas que você observa com a chegada da inclusão na escola?
10. Com a chegada da inclusão na escola aponte os aspectos negativos?
11. Como você observa o comportamento dos alunos com relação às crianças com deficiência?
12. Como você percebe a aprendizagem dos alunos com deficiência?
13. Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência na escola?
14. Como você percebe a Inclusão na escola?
15. Você como Docente fez algum curso ou especialização na área de educação especial?

16. Em sua opinião a escola necessita de reformas educacionais na área de educação inclusiva? Quais?

17. Você teria mais alguma coisa a acrescentar sobre a Inclusão?

APÊNDICE C**Questionário****DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

() Professor () efetivo () Contratado () outro: _____

Tempo que está na escola: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____ Religião: _____

Escolaridade: _____

- 1 – Qual a sua opinião sobre a Educação Inclusiva na escola?
- 2 – Quais os pontos positivos da Educação Inclusiva?
- 3 - Quais os pontos negativos da Educação Inclusiva?
- 4 – Como você trabalha os conteúdos de História com o aluno que tem deficiência?
- 5- Quais as suas maiores dificuldades em ministrar aulas de História para alunos com deficiência?
- 6- Você tem algum apoio pedagógico por parte da escola para auxiliar seu trabalho com aluno com deficiência?
- 7- Como você percebe a aprendizagem dos alunos com deficiência?
- 8-Como você observa o comportamento dos alunos com relação às crianças com deficiência?
- 9-Você como Docente fez algum curso ou especialização na área de educação especial?
(Se SIM qual?)
- 10- No seu curso de graduação você teve alguma disciplina relacionada a Educação Inclusiva?
- 11- Você teria mais alguma coisa a acrescentar sobre a Inclusão e a disciplina de História?